

# CIDADES E GLOBALIZAÇÃO\*

Prof. Dr. Michel Rochefort  
Professor Emérito da Université Paris I – Sorbonne

## RESUMO

A progressiva globalização das trocas e as modificações nas estruturas de produção deram, nos últimos vinte anos, uma grande importância às funções de decisão e ao novo terciário de acompanhamento que se localizam nas maiores cidades e sobretudo nos países desenvolvidos. Essas novas metrópoles da globalização se organizam cada vez mais frequentemente em espaços mais amplos que a cidade propriamente dita e constituem regiões metropolitanas. Para alguns trata-se de progresso e marcha para as “metápoles” do futuro. Para outros consiste em agravação, fortemente evidenciada nos países do Sul, da segregação socioespacial que opõe a cidade legal à cidade das urbanizações irregulares.

**Palavras chave:** Globalização, metropolização, Periurbanização.

## ABSTRACT

The progressive internationalization of exchanges and changes in structures of production gave, since about twenty years, a bigger importance to functions of decisions and to the new tertiary of accompaniment localized in the biggest cities, especially in the developed countries. These new metropolis of internationalization are often organized in larger spaces besides the city itself and constitute some metropolitan regions. For some it means progress and a march toward tomorrow's «métapolis». For others it is an aggravation, very obvious in countries of the South, of the socio-spatial segregation that opposes the legal city to the irregular urbanization city.

**Key words:** Globalization, Metropolization, Periurbanization.

---

A progressiva globalização das trocas ocorrida no último quarto de século e as modificações profundas nas estruturas de produção constituem objeto de estudo de várias pesquisas. A análise destes mecanismos é frequentemente acompanhada por um estudo de suas relações com a organização dos territórios e mais precisamente de seus impactos sobre a cidade. As conclusões divergem a ponto de serem contraditórias. Para alguns, a nova metropolização resultante destas mutações econômicas faz parte da marcha global para o progresso da humanidade; para outros ela gera disfunções urbanas cada vez mais graves.

O resultante aprofundamento das desigualdades socioespaciais, acompanhado de progressiva tomada de consciência dos excluídos que reclamam o “direito à cidade”, implica aumento dos riscos sociais. Esta visão de um futuro incerto apresenta-se sobremaneira nas análises feitas sobre os países em desenvolvimento e incita a conservar, na reflexão sobre as relações entre cidades e globalização, a clivagem entre países do norte e países do sul. Certamente, as mutações econômicas recentes se traduzem em reforço das funções das maiores cidades de cada país e por uma transformação das redes urbanas interiores, mas provocando também novas formas de dominação de grandes metrópoles internacionais dos países desenvolvidos sobre os territórios dos países do sul utilizando a intermediação das maiores cidades destes países que hesitam à vezes a qualificar de metrópoles, as cidades que comandam, para guardar o termo mais neutro de megalópole. O sucesso funcional das grandes cidades traduz-se necessariamente em extensão do espaço que elas utilizam. Novas formas de relações aparecem entre a cidade-centro e suas periferias: fala-se de região metropolitana. Alguns vêem nela uma nova forma de viver na cidade, fundada sobre novas solidariedades espaciais. Outros denunciam nela a formação de guetos e a extensão de zonas de urbanização irregular provocada pelo aumento do número de pobres na população urbana.

---

\*Tradução do texto em francês por Eustógio Wanderley Correia Dantas.

Encontra-se facilmente a oposição entre os países do norte e os países do sul ! De toda forma, certas disfunções urbanas demandam uma intervenção daqueles que detêm o poder de organização dos espaços metropolitanos. As tentativas de planejamento autoritário dos poderes centrais conheceram resultados diversos, freqüentemente pouco eficazes. Os movimentos de reivindicação dos habitantes ganham corpo; novas formas de ação se desenvolvem. A gestão participativa, a governância associando todos os atores da vida urbana são elementos positivos capazes de resolver os graves problemas das metrópoles atualmente?

### ***Globalização, reforço das funções metropolitanas e transformação das redes urbanas***

Durante os anos 1960-1970, as pesquisas versando sobre o papel das cidades na organização do território partiam de uma concepção hierarquizada de suas funções de centros terciários, no interior de uma zona. Os centros principais eram qualificados de metrópoles, seja na escala de uma região – metrópole regional – seja na escala do território nacional. A noção de zona de influência era inseparável desta concepção de centralidade, fechada no quadro dos espaços nacionais. Entretanto, alguns trabalhos já vislumbravam uma “escala internacional”, referindo-se às análises terceiromundistas de dominação econômica exercida pelos países desenvolvidos: suas grandes metrópoles internacionais “comandadas” pelas matrizes das firmas multinacionais que aí se concentravam, vários espaços externos nos países do Terceiro Mundo, apoiando-se sobre as metrópoles de intermediação destes países.

A globalização progressiva das trocas, a partir dos anos 1970-1980, realiza-se graças ao sucesso das novas técnicas de comunicação e de informação, a serviço de novas estruturas de produção posteriores à época fordista. Ela abala as concepções anteriores de redes urbanas hierarquizadas em zonas definidas pelo princípio de proximidade e impõe visão de um território mundial de redes organizadas a partir de pólos e de fluxos. A análise destes pólos da globalização permitiram identificar novas funções metropolitanas, novos processos de metropolização das grandes cidades que puderam ou souberam adquirir-las.

É inicialmente a concentração no seio destes pólos, a base a partir da qual os grandes tomadores de decisão privados ou públicos determinam os fluxos de relação que vão **silonar** o mundo. A localização das matrizes, das direções dos grandes bancos e das empresas industriais ou terciárias que funcionam à escala mundial, confere a um pequeno número de grandes cidades um papel fundamental na nova organização dos territórios. É também a concentração nestes pólos de decisão de um grande número de empresas pequenas e médias que trazem sua contribuição, indispensável, à tomada de decisões. Este “novo terciário”, sem nenhum problema de localização, se reagrupa nestas novas metrópoles nas quais os decisores se fixaram. Nelas encontram-se as grandes agências de informação que controlam as novas técnicas de comunicação, os centros de pesquisa que respondem à sede de inovação das indústrias, os escritórios de estudos especializados na análise dos mercados ou na racionalização de uso dos recursos humanos, as agências de publicidade etc... A concentração em algumas grandes cidades de todos estes “empregos metropolitanos” que participaram na tomada de decisão ou no seu apoio permite definir as novas metrópoles da globalização, mas também constatar sua diversidade.

Alguns propuseram, à escala mundial, categorias de metrópoles segundo a amplitude de suas funções na economia-mundo. No topo encontrar-se-iam “cidades globais”, como Nova York, Tóquio e Londres, que concentram as matrizes das maiores empresas e controlam as finanças internacionais. Na segunda posição situar-se-iam as “grandes metrópoles internacionais” como Paris, Milão e Chicago. Na terceira posição, cidades nas quais a função internacional constitui tão-somente um elemento no contexto de outras atividades mais ligadas ao espaço nacional e regional, tratando-se, sobremaneira, de intermediação dos verdadeiros grandes pólos da economia mundial.

Outros consideram que o elemento fundamental da diversidade repousa sobre a oposição entre os países do norte e os países do sul. O primeiro grupo dispõe de todas as mais importantes metrópoles da globalização e controlam também as trocas internacionais, a expensas das grandes cidades dos países do sul que sucumbem, portanto, ao peso desta nova forma de dominação. Mesmo as grandes cidades como São Paulo e México não escapam a sua análise, ao considerarem que a globalização provocou bem mais um crescimento da miséria urbana que uma fermentação do verdadeiro desenvolvimento socioeconômico.

As desigualdades em face dos efeitos urbanos da globalização não concernem esta oposição entre o norte e o sul, mais também as diferenciações regionais que se operam no interior dos territórios nacionais.

Insiste-se, na França, no sucesso das regiões metropolitanas no entorno de Paris ou de Lyon que contrastam com as dificuldades de certas zonas da fachada atlântica. Nos países em desenvolvimento, sublinha-se o agravamento das desigualdades regionais que tomam a forma de uma região central, no entorno da metrópole, cujo dinamismo revela parcialmente sua dominação econômica sobre as regiões periféricas. Esta especificidade funcional das regiões metropolitanas se exprime também nas novas formas de organização dos espaços que abrigam estas funções e os habitantes que aí encontram emprego.

### ***As novas regiões metropolitanas***

Se os efeitos da globalização nas cidades percebem-se inicialmente no plano funcional, eles são sentidos igual e indiretamente na organização interna dos novos espaços metropolitanos. Vários fatores modificam as formas tradicionais de crescimento espacial das grandes cidades que eram caracterizadas por tentáculos contínuos a partir dos eixos de circulação. As novas técnicas de comunicação e de informação favorecem as implantações mais dispersas dos centros de atividades e das zonas de urbanização residencial. As empresas terciárias não possuem os mesmos imperativos de localização das usinas da época industrial; os habitantes são mais móveis graças ao sucesso dos transportes e o uso crescente do carro. As funções de pólo da economia mundializada definem centros no espaço mundial mas não implicam mais uma concentração física das novas atividades em um só lugar; elas se localizam em território mais vasto nos quais as unidades espaciais diversificadas são interligadas por redes e por fluxos. Esta tendência parece evidente na escala de uma região no entorno dos centros metropolitanos; ela é menos evidente na escala dos espaços nacionais. Certos pesquisadores avançaram na idéia de uma metrópole fragmentada além da própria região da grande cidade transformada em pólo da economia globalizada. Eles observam, Por exemplo, a desconcentração espacial das direções dos grandes bancos, com uma localização distante de certos serviços internos, como aqueles do tratamento informático dos dados. Eles insistem na importância crescente do teletrabalho em domicílio. A organização mais global de todos os aspectos desta desconcentração do centro dos negócios e da evolução das escolhas residenciais dos habitantes que trabalham conduz sobretudo à formação de uma região metropolitana feita de unidades espaciais diversificadas mais interdependentes de um espaço mais ou menos vasto em torno da grande cidade propriamente dita. A análise mais aprofundada destes fenômenos incita novamente a retomar a idéia de um papel diferencial exercido pelos níveis de desenvolvimento das economias nacionais.

Nos países desenvolvidos, alguns descrevem uma nova revolução urbana que anuncia o fim da grande cidade da época industrial e o nascimento das “metápoles” de amanhã. A periurbanização substitui o crescimento denso e contínuo no entorno das metrópoles por uma extensão sobre territórios desconcentrados, descontínuos, heterogêneos e multipolarizados, sem limite preciso entre a cidade e o campo.

As interações das unidades urbanas diferenciadas implicam um acesso fácil aos meios de comunicação e de mobilidade que condicionam seu funcionamento: acesso às relações

informatizadas pela posse dos instrumentos necessários; acesso aos centros de emprego através de deslocamentos alternados facilitados. A integração no sistema é, portanto, condicionada por um certo padrão de vida e suscita a exclusão das populações pobres. À visão otimista de passagem para a “metápole”, alguns podem contrapor, mesmo nos países desenvolvidos, a formação de verdadeiros guetos no interior destas regiões metropolitanas e o agravamento das segregações socioespaciais. Trata-se de um problema de primeira linha que se impõe àqueles que têm a obrigação de gerir a cidade.

Nos países do sul, onde reina nas cidades a pobreza da maioria, este baixo padrão de vida da maioria dos habitantes torna-se fator fortemente discriminador na organização das novas regiões metropolitanas. No plano funcional, a globalização não traz os mesmos fatores de sucesso das economias urbanas e mantém, ao contrário, uma pobreza direta e indiretamente ligada aos baixos salários oferecidos pelos estabelecimentos descentralizados das firmas multinacionais. Na organização interna dos espaços metropolitanos, o fluxo de novos habitantes desprovidos suscita formas específicas características da periurbanização. Os primeiros momentos do hipercrecimento das grandes cidades – metrópoles ou megalópoles – traduzem-se na multiplicação das zonas de habitação precárias, *bidonvilles* e *taudis*, tão bem inscritos nas paisagens urbanas. Sem dúvida este gênero de habitação ocorre, mas eles alojam somente uma fração cada vez mais reduzida das populações desprovidas cada vez mais numerosas. Ao contrário, vastos espaços fora da cidade se transformam em “zonas de urbanização irregular”: loteamentos precários e ilegais permitem apropriar-se de pequenas parcelas nas quais as famílias pobres autoconstróem sua pequena casa, freqüentemente desprovida de equipamentos básicos e de todo elemento de conforto. Muitas nuances poderiam ser indicadas para descrever o mecanismo global da periurbanização mas, de toda maneira, ela reforça a oposição entre os espaços dos ricos e aqueles dos pobres, entre a cidade legal e a cidade ilegal... Esta segregação socioespacial favorece o aumento da violência urbana. As metrópoles da globalização seriam os monstros urbanos de amanhã.

A esta visão pessimista podemos opor formas de gestão da cidade que, ao inverso, anunciam certamente um futuro melhor. Os efeitos da globalização sobre as cidades não podem ser compreendidos sem considerar as novas formas de intervenção, de planejamento, que aparecem na evolução das políticas urbanas e dos esforços de atores diversos em melhor gerir a cidade.

### ***Como gerir as cidades da globalização***

O crescimento das metrópoles e as novas formas de urbanização acentuam as disfunções resultantes da evolução urbana não controlada. A lei do mercado não consegue regular as contradições resultantes da ação dos diversos atores com interesses diferenciados. A intervenção do poder público, precocemente inscrito na gestão das cidades, torna-se cada vez mais necessária para evitar a formação do que alguns denominam de “monstruópoles”. Existe o perigo de uma asfíxia urbana por congestão de todos os meios de transporte; de uma explosão social pela agravamento das formas de exclusão espacial; quem deve controlar os destinos das metrópoles? Em muitos casos, os grandes programas de planejamento dos governos centrais não obtiveram os resultados esperados. O desengajamento progressivo do Estado dá vazão a novas estruturas de gestão urbana fundadas na democracia local, o papel crescente da sociedade civil e a associação de variados atores buscando uma boa governabilidade.

O desafio urbano poderá ser superado?

Sem dúvida, não devemos sonhar com programas visando a deslocar uma parcela importante do crescimento metropolitano fora das regiões nas quais ela se fixa através do papel das tendências pesadas que não podemos modificar. O tempo não pertence mais à época de criação de metrópoles de equilíbrio que visavam diminuir o “peso exagerado” de Paris sobre o território francês. As novas capitais nos países em desenvolvimento não dispõem de muita chance de contrabalanceamento das metrópoles herdadas das épocas anteriores: certamente Brasília torna-se um grande centro no interior brasileiro, modificando o papel anteriormente exclusivo das grandes cidades litorâneas do conjunto do território, mas o que dizer dos efeitos reais de Abuja, de Yamoussouko e de Dodoma nos territórios de nações africanas que decidiram construí-las?

As políticas estatais que ansiavam fornecer habitação para todos conheceram igualmente fracasso, em particular nos países em desenvolvimento. O estrangulamento financeiro não permitiu a execução dos programas previstos que cobriram tão-somente as demandas das classes médias, sem poder responder às demandas das populações insolváveis. Mas os habitantes concernentes não se posicionam passivamente às decisões dos planejadores urbanos vindas de cima. Eles tentam impor sua participação através da associação ou por intermédio das ONG's. As populações desprovidas dos países do sul reivindicam, particularmente, o direito à cidade. Anuncia-se uma transformação e faz aparecer novas formas de intervenção. Na França, independentemente da tradição centralizadora, os programas de planejamento urbano revelam cada vez mais os poderes locais que tentam organizar diálogos com os habitantes envolvidos.

Esta tendência à participação dos habitantes adquire importância nos países do sul onde o choque da globalização sobre as cidades agravou situações sociais já bastante tensas. No Brasil, as municipalidades nas quais os partidos de esquerda ganharam as eleições envolvem-se na elaboração de orçamentos participativos no quadro de uma gestão que associa os poderes públicos locais aos outros atores da sociedade civil. Na África, as ONG's multiplicaram as formas de cooperação, visando a montar programas que mobilizam os habitantes em colaboração com os interventores internacionais...

Este caminhar, ainda hesitante, para uma boa gestão urbana participativa representa uma verdadeira esperança para as grandes cidades de amanhã? Ela ainda encontra dificuldades em virtude do despreparo dos habitantes e particularmente das populações desprovidas; ela ainda encontra dificuldades sobretudo no que concerne às contradições socioeconômicas resultantes da globalização propriamente dita que agrava o fosso entre as populações abastadas e os pobres, entre os países do norte e aqueles do sul, nos quais as condições urbanas atuais poderiam, às vezes, desencorajar os mais otimistas.

## **Bibliografia**

- ASCHER, F. *Metapolis ou l'avenir des villes*. Paris: Ed. Jacob, 1995.
- BASSAND, M. *Métropolisation et inégalités sociales*. Lausanne: 1997.
- BONNET, J. *Les grandes métropoles mondiales*. Paris: Nathan, 1994.
- GILBERT, A. *The Megacity in Latin America*. Tokyo: UNU Press, 1996.
- JOUBE, B. & LEFEVRE, C. *Ville, Métropoles: les nouveaux territoires du politique*. Paris: Anthropos, 1999.
- LACOUR, C. et PUISSANT, S. *La métropolisation*. Paris: Anthropos, 1999.
- LEBRIS, E. *Villes du Sud*. Paris: Orstom, 1996.
- MASSIAH, G. *Villes en développement*. Paris: 1998.
- MARCUSE, P. et VAN KEMPEN, R. *Globalizing cities: a new spatial order*. Londres: Blackwell, 2000.
- MÉTROPOLES en mouvement. Ouvrage collectif. Paris: C.N.R.S., 1999.
- MÉTROPOLES en déséquilibre. Ouvrage collectif DATAR. Paris: Economica, 1993.
- OSMONT, A. *La banque mondiale et les villes*. Paris: Karthala, 1995.
- ROCHEFORT, M. *Le défi urbain dans les pays du Sud*. Paris: Khartala, 2000.
- SANTOS, M. *Metrópole corporativa fragmentada*. São Paulo: Nobel, 1990.
- SASSEN, S. *La ville globale*. Paris: Descartes, 1996.
- SIGNOLES, P. *L'urbain dans le monde arabe*. Paris: C.N.R.S., 1999.
- TERRITOIRES du futur. Ouvrage collectif. Paris: Ed. l'Aube, 1993.
- TRÉS GRANDES CONCENTRATIONS URBAINES. Ouvrage collectif. Paris: SEDES, 2000.
- VELTZ, P. *Mondialisation, villes et territoires*. Paris: P.U.F., 1996.

